

## **Nota de Repúdio à exclusão da meta de discussão de gênero no ambiente escolar em Planos Municipais e Estaduais de Educação**

O Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014, foi resultado de ampla mobilização de movimentos sociais com o objetivo de incluir, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) na forma de ‘temas transversais’, questões pertinentes à sociedade brasileira contemporânea, como gênero, sexualidade, raça e etnia. Foram avanços significativos na direção de tornar o ensino mais incluyente e, sobretudo, comprometido com a superação das imensas desigualdades que ainda pautam as relações sociais no país.

No entanto, causa espanto que retrocessos nesta área estejam acontecendo de forma tão acelerada. No dia 14 de junho, o Plano Municipal de Educação de Salvador (BA) excluiu temáticas de gênero, raça e etnia, seguindo o mesmo caminho infelizmente já adotado em outras cidades.

O Grupo de Trabalho Filosofia e Gênero vem a público repudiar e problematizar tamanho retrocesso, bem como suas consequências para a formação do senso crítico e exercício da cidadania. Estamos falando de Planos de Educação feitos para orientar as metas do ensino e aprendizagem na rede pública ao longo de 10 anos. Como justificar tal omissão diante da orientação explícita da Constituição que afirma no artigo 3 dos Princípios Fundamentais, item 4 que constitui objetivos fundamentais da república federativa do Brasil “Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outra forma de discriminação”?

Em diversos âmbitos de nossa organização social verificamos distanciamento atual do que determina a Constituição, apesar de conquistas nas políticas públicas e algumas legislações na última década. Nossa constituição diz no artigo 5 dos direitos fundamentais que Homens e Mulheres são iguais em direitos e obrigações, mas ainda assim verificamos um aumento da violência doméstica e de casos estupro. A cultura do estupro vigora em nosso país na medida em que nos espaços públicos e privados a mulher é tratada como cidadã de segunda classe, assediada e objetificada, o que favorece a manutenção das relações de hierarquia que dá aos homens a certeza impune de que toda mulher pode servir aos seus interesses independente da sua vontade. No recente caso de estupro coletivo de uma menor no Rio de Janeiro, os criminosos não satisfeitos com o ato, ainda postaram a ação em redes sociais. Esta atitude é sintomática de uma sociedade na qual a discussão de gênero não faz parte da educação formal. Há cerca de um ano e meio atrás, veio a público a denúncia acerca da frequência com a qual ocorriam estupros em festas da escola de medicina da USP, o que mostra que a cultura misógina permeia todas as classe e níveis socioculturais.

A educação é o campo no qual a partir de discussões sobre o gênero e sexualidade podemos enfrentar a cultura do estupro. Mas se essas discussões forem banidas das escolas e dos currículos, a própria ideia de uma educação voltada para a transformação social e a emancipação dos sujeitos perde seu sentido

GT- Filosofia e Gênero da ANPOF

30/06/2016